



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

PROCESSO: 03/2023

PREGÃO PRESENCIAL 02/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2023

CONTRATOS: 33 AO 38/2023

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343/0001-22, no ato representado Pelo Exmo. Sr. LUIZANGELO GRASSI – PREFEITO MUNICIPAL, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administrador/Contratante, e as empresas:

PRO SABOR COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA inscrita no CNPJ: 40.835.287/0001-94 com sede na RUA FREI ROGERIO 1317 – CAMPOS NOVOS/SC, representado pelo seu representante legal AIRTON DA SILVA MOTA;

DELAZERI ATACADISTA EIRELLI, inscrita no CNPJ: 07.383.088/0001-17, com sede OURO/SC; representado pelo seu representante legal ENIO DELAZARI.

CHRISTIAN PIMENTEL DE CAMARGO, CNPJ: 31.368.843/0001-79, Rua Teodoro Correa de Melo, n 12 – São José do Cerrito/SC;

PAPELARIA SPAGNOLI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.313.245/0001-18, com sede no Município de Celso Ramos – SC;

VENTURA COMERCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS DIVERSOS, inscritos no CNPJ: 35.484.982.0001-19, Rua Alberto Silva – Vila Ipiranga – Porto Alegre/RS

A.G DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.549.383/0001-26 , com sede na RUA AMANTINO DE SOUZA 45 – CAMPOS NOVOS/SC, neste ato representada pelo seu representante legal Luís Antônio Ferrari, ***firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:***

1.DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, MATERIAL ELETRO ELETRONICO E SIMILARES, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BEM



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

COMO OS DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO E FUNDOS MUNICIPAIS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedor

2. VALOR

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelos Detentores.

2.1- DOS ITENS

* CONFORME TABELA RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES POR PROCESSO

PAPELARIA SPAGNOLI: R\$ 68.198,60

DELAZERI – R\$ 165.664,45

A.G. DISTRIBUIDORA DE GAS – R\$ 45.150,00

CHRISTIAN PIMENTEL DE CAMARGO – R\$ 9.070,00

VENTURA COMERCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS DIVERSOS – R\$ 5.895,25

PRO SABOR VAREJISTA E ATACADISTA LTDA – R\$ 56.098,60



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 Entregar o objeto licitado onde for requerido pela Secretaria municipal solicitante de forma imediata.

3.1.2 – Os produtos que não se encontrarem em bom estado de conservação e apresentação serão devolvidos, podendo o fornecedor ser notificado por descumprimento de cláusulas do presente contrato.

3.2 Todos os itens entregues devem estar em perfeito estado de conservação e aptos para uso, bem como possuir o certificado de garantia, quando for o caso.

3.3 Os produtos deverão ser entregues mediante a Autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras do Município. Bem como a nota será empenhada acompanhada pela A.F.

3.4 - A entrega dos itens deverá ser de maneira imediata, conforme requisição emitida pelo Departamento de Compras do Município. Caso os objetos a serem fornecidos sejam entregue via frete, será concedido o prazo máximo de 5 dias úteis para sua respectiva entrega.

3.4.1 – O atraso na entrega das mercadorias acarretará em Advertência, sendo que a reincidência possibilitará a rescisão contratual por parte da Administração.

3.5 - Tendo em vista que se trata de REGISTRO DE PREÇOS a Administração fará a aquisição dos produtos conforme a demanda e necessidade no decorrer do exercício de 2023.

3.6 - As notas fiscais deverão ser enviadas no endereço: compras@celsoramos.sc.gov.br, logo após a sua emissão. A administração não se responsabilizará por notas que não chegarem até o departamento de Compras.

4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

ENTREGA E RECEBIMENTO



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

5.1 O Detentor deverá entregar o material requisitado de forma imediata ou em até **5 dias se for via frete**, a partir do recebimento da requisição (A.F) de material.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos produtos.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;

5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;

5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;

5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;

5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

5.4 Critérios para aplicação de penalidades

Item	Descrição	Incidência	Grau
1	Atraso na entrega	Dia	1
2	Entrega em desconformidade	Por ocorrência	4



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Pontos acumulados	Sanção
1 a 3	Advertência
4 a 10	Multa

Pontos acumulados	Multa	Suspensão
4 a 6	20% VALOR DO ITEM	-
7 a 10	25% VALOR DO ITEM	-
10 a 20	30% VALOR DO ITEM	6 meses

5.4.1 – Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 2 anos;
- IV – Declaração de Inidoneidade da para licitação ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

6. DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos dos produtos entregues será efetuado até **30 dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com empenho.

6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:

a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

7. REAJUSTE

7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, **a cada de 90 dias após a homologação do Registro de Preços,**



Estado de Santa Catarina PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.

7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8. DAS SANÇÕES

8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

8.2 suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.3.2 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando –se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9. VIGÊNCIA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, 01 de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2023.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93

10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

11. DESPESA

11.1 – A Administração Municipal da Prefeitura de Celso Ramos poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias de 2023/2024:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

15 - 3.3.90.00.00.00.0002 – APLICAÇÕES DIRETAS

16- 3.3.90.00.00.00.0250 – APLICAÇÕES DIRETAS

SECRETARIA DE AGRICULTURA



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

23 - 3.3.90.00.00.00.0002 – APLICAÇÕES DIRETAS

24- 3.3.90.00.00.00.00.0250 – APLICAÇÕES DIRETAS

SECRETARIA DA CIDADE E MEIO AMBIENTE

32 - 3.3.90.00.00.00.0002– APLICAÇÕES DIRETAS

33 - 3.3.90.00.00.00.00.0250- APLICAÇÕES DIRETAS

SECRETARIA DE OBRAS

41 - 3.3.90.00.00.00.0002– APLICAÇÕES DIRETAS

42 - 3.3.90.00.00.00.00.0250- APLICAÇÕES DIRETAS

SECRETARIA ESPORTE TURISMO CULTURA

51 - 3.3.90.00.00.00.0002– APLICAÇÕES DIRETAS

52-3.3.90.00.00.00.00.0250- APLICAÇÕES DIRETAS

56 - 3.3.90.00.00.00.0002– APLICAÇÕES DIRETAS

57 - 3.3.90.00.00.00.0250– APLICAÇÕES DIRETAS

48 - 3.3.90.00.00.00.0002– APLICAÇÕES DIRETAS

49- 3.3.90.00.00.00.0250– APLICAÇÕES DIRETAS

FUNDO ASISTENCIA SOCIAL

89 - 3.3.90.00.00.00.0002 – APLICAÇÕES DIRETAS

91 - 3.3.90.00.00.00.00.0250 - APLICAÇÕES DIRETAS

102 - 3.3.90.00.00.00.0250 – APLICAÇÕES DIRETAS

FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

125 - 3.3.90.00.00.00.0002 - APLICAÇÕES DIRETAS

126 - 3.3.90.00.00.00.0250– APLICAÇÕES DIRETAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

78- 3.3.90.00.00.00.00.0002

75- 3.3.90.00.00.00.00.00059

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

7-3.3.90.00.00.00.00.0250- APLICAÇÕES DIRETAS

12. RESCISÃO

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Celso Ramos, 01 de fevereiro de 2023.

PREFEITO MUNICIPAL

LUIZANGELO GRASSI

DETENTORES:



**Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS**

PRO SABOR COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA

DELAZERI ATACADISTA EIRELLI

CHRISTIAN PIMENTEL DE CAMARGO

PAPELARIA SPAGNOLI

VENTURA COMERCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS DIVERSOS

A.G DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA